



CUIDADO, HOMENS TRABALHANDO!: PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE DOCÊNCIA, GÊNERO E SEXUALIDADE

Júlio Cezar Pereira Araújo¹
Fernando Pocahy²
Joanice Conceição³

Resumo

Esta comunicação tem por objetivo problematizar a produção da heteronormatividade nos cotidianos da atuação docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O estudo revisita interlocuções presentes em pesquisa anterior (graduação), acoplando essas entradas de problematização (elementos empíricos) a uma pesquisa inicial (em nível de mestrado). O estudo está teórico-metodologicamente articulado ao campo dos estudos de gênero e sexualidade em perspectiva pós-crítica, assumindo notadamente as contribuições dos estudos *queer* e dos estudos feministas interseccionais. As interlocuções que ampliam nossas problematizações em curso foram estabelecidas com alunos/as de três escolas da rede municipal de Santo Antônio de Pádua-RJ, e uma releitura ampliada desses resultados permanece apontando a persistência de representações e de certo ideal regulatório que afasta os professores homens da docência, sobretudo nos anos iniciais, ampliando ainda mais as condições para a reificação da feminização normativa e compulsória em certos espaços-tempos educacionais.

Palavras-Chave: Docência, masculinidades e estereótipos

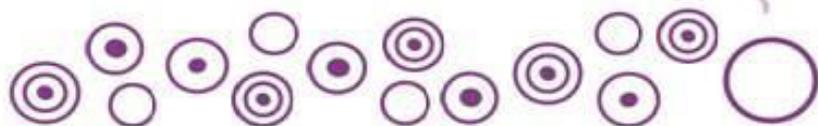
Introdução

Não faltam evidências nas culturas ocidentais, sobretudo as latino-americanas, em relação aos privilégios das masculinidades (mesmo que no interior dessas encontremos hierarquias) em vários espaços-tempos e práticas sociais. No entanto, observa-se que determinados espaços outrora reservados aos homens foram aos poucos sendo destinados às mulheres, não por direito, mas por contingências sociais e econômicas, como as guerras ou mesmo a (tardia) industrialização brasileira. A escola básica é um desses lugares já dominados pela atuação de docentes homens.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. (ProPEd/UERJ). Membro do Grupo de Estudos em Gênero e Sexualidade e(m) Interseccionalidades (Geni). Bolsista CNPq, juliocezar.p.araujo@gmail.com

² Doutor em Educação (UFRGS), Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pocahy@uol.com.br

³ Doutora em Ciências Sociais (PUC-SP), Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense. Coordena o AZÂNIA – Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Gênero/Sexualidade, Raça/Etnia, Classe, Performance e Religião, joaniceconceicao@gmail.com



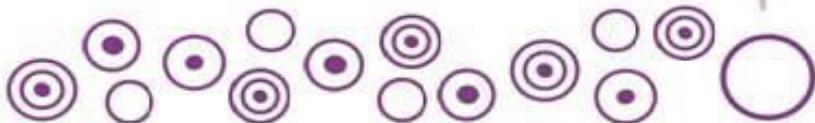


O processo de feminização da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental começou a ganhar força com a difusão das escolas normais de nível médio. De acordo com Tambara (1998), as normalistas “detinham preferência no preenchimento de vagas e alguns privilégios nos eventuais concursos, as professoras ‘naturalmente’ passavam a ser vistas como as pessoas adequadas para o exercício docente neste grau de ensino” (1998, p. 46). Ser mulher naquele momento, argumenta a autora supracitada, era acreditar em uma figura “pronta” e “apta” à docência. Era deduzir que a mulher possuía uma pré-determinada vocação ao magistério. O imaginário de que as mulheres estariam naturalmente preparadas para atuar com crianças, devido ao fato da maternidade, da mulher enquanto cuidadora, foi sendo forjado tanto no interior das famílias quanto nas escolas:

[...] uma matriz cultural comum informando os ideais de relação mãe-filho na família e professora-aluno na escola, uma matriz estruturada a partir das prescrições de cuidado infantil e ideais de maternidade como atributo natural das mulheres, cujas raízes mais profundas podem ser encontradas no pensamento pedagógico do século XVIII e nas ideias de infância, feminilidade e maternidade então gestadas. (CARVALHO, 1999, p. 25)

Esses movimentos de redistribuição de homens e mulheres potencializou a trama da divisão sexual do trabalho, contribuindo para as desigualdades e fixando as diferenças – em postos de trabalho e posições sociais de dominação e subordinação. O processo de feminização do magistério não está apenas fundamentado no aumento quantitativo das mulheres nas escolas, mas na noção de que a profissão docente está sempre associada a atributos femininos e, por isso, perante a sociedade, está sendo cada vez mais desvalorizada. Durante longo tempo, a educação estava restrita a função masculina; o homem estava presente na figura dos alunos e do mestre, “responsável pela conduta de cada um de seus alunos, cuidando para que esse carregue, para além da escola, os comportamentos e as virtudes que ali aprendeu” (LOURO, 2013, p. 96).

Com a necessidade de ampliação do ensino primário em meados do século XX, o Estado se depara com diversas dificuldades, mediante o prejuízo das condições de trabalho docente. Segundo Vianna (2013), a presença das mulheres no magistério público primário obteve proeminência nos últimos anos do Império, cuja preferência pelo sexo feminino nas Escolas Normais era manifesta. Além disso, a Escola Normal era uma das poucas oportunidades, senão a única, para que as mulheres continuassem seus estudos, para além do curso primário. É então a partir do século XX que os homens começam a abandonar as salas nos cursos primários e as Escolas Normais, abrindo espaço, no final da década de 1920, para a





consolidação da formação feminina no magistério primário. A partir deste período, a presença do homem ficou cada vez mais escassa, sobretudo nos anos iniciais do ensino fundamental e, quando esta aparece, suscita inúmeros estereótipos na comunidade escolar.

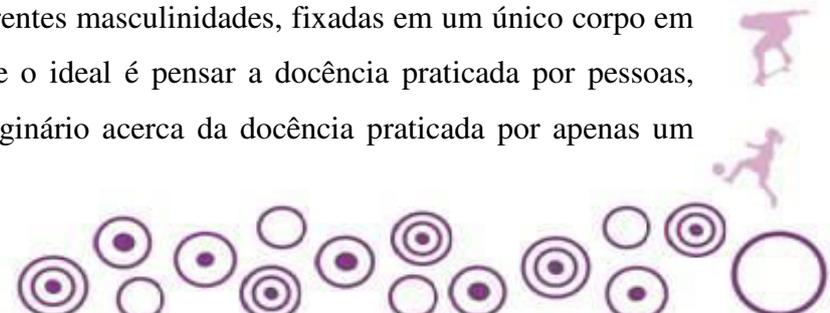
As posições de sujeito marcadas por ideais regulatórios de gênero são construídas através de múltiplas e distintas instâncias na cultura, mas é o mundo do trabalho e a preparação para tal uma dessas searas da agonística social da identidade e diferença por onde o gênero é marcado de forma bastante incisiva. Segundo Goellner (2010, p. 72) “os sujeitos são diferentes não apenas porque pertencem a classes sociais distintas, mas, sobretudo, porque são produzidos também a partir de outros marcadores identitários”, tais como gênero, raça/etnia, sexualidade, religião, capacidade física, dentre outros. Apoiado nesta construção é legítimo perceber o investimento que a sociedade faz para produzir a naturalização dos sujeitos, a partir da divisão sexual do trabalho.

Guacira Lopes Louro (2013), no livro *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*, interroga: qual o gênero da escola? E acrescentamos: qual o gênero da docência? A escola é atravessada pelos mais diversos ideais regulatórios de gênero e não se pode falar da escola sem pensar nas relações socioculturais e suas transformações.

É possível argumentar que, ainda que as agentes do ensino possam ser mulheres, elas se ocupam de um universo marcadamente masculino — não apenas porque as diferentes disciplinas escolares se construíram pela ótica dos homens, mas porque a seleção, a produção e a transmissão dos conhecimentos (os programas, os livros, as estatísticas, os mapas; as questões, as hipóteses e os métodos de investigação “científicos” e válidos; a linguagem e a forma de apresentação dos saberes) são masculinos. (LOURO, 2013, p. 93)

Podemos dizer que não existem respostas concretas às perguntas levantadas pela autora, mas entendemos que os gêneros atravessam o cotidiano escolar, materializando-se nas práticas diárias da escola, porém exige-se nessas práticas cuidado para não negar a existência dos mesmos, pois “é impossível pensar sobre a instituição sem que se lance mão das reflexões sobre as construções sociais e culturais do masculino e do feminino” (LOURO, 2013, p. 93). Acrescenta-se a estes dois últimos a multiplicidade de construções humanas.

Na atualidade, as relações de gênero viraram um campo de disputa, seja ela social, individual, política, familiar, religiosa, etc. Dentro do contexto escolar não poderia ser diferente, pois qualquer professor homem que se insere no ambiente escolar, naturalizado um ambiente feminilizado, quase sempre necessita afirmar a sua masculinidade. Com isso, o homem fica exposto a exercer suas diferentes masculinidades, fixadas em um único corpo em diversos espaços sociais. Propomos que o ideal é pensar a docência praticada por pessoas, visando assim, a desconstrução do imaginário acerca da docência praticada por apenas um





único gênero. Pensar a docência masculina nos dias de hoje corresponde não só a confrontar os discursos que são produzidos por meio do social e da cultura, mas também desafiar a própria feminização da educação básica, não somente por múltiplas representações generificadas que a mesma traz, mas também pelas condições de trabalho precarizadas quando se pressupõe o trabalho feminino, como os baixos salários.

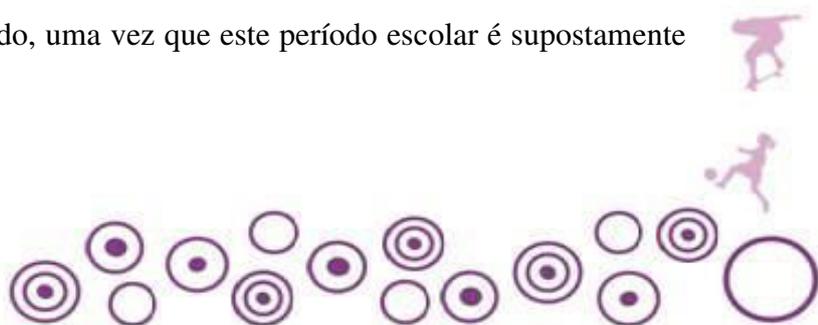
Tal como Ferrari e Castro (2015), questionamos o imaginário do homem possuidor do respeito e da autoridade dentro da sala de aula. Fundamentados nos estudos de Foucault, os autores afirmam que o modelo de escola atual realiza investimentos que apostam na “vigilância, no controle e na punição como mecanismos capazes de disciplinar os sujeitos e construir corpos dóceis [...] em que as pessoas, uma vez confinadas, devem obedecer a regras de disciplinas sem questionar” (ibidem p. 59). Portanto, de forma cuidadosa, é necessário criar mecanismos que questionem os processos de controle e disciplina dentro contexto escolar.

Problematizando gênero no cotidiano escolar: algumas interlocuções (im)possíveis

*Falaram que meu professor é viado.
Ah, eu também já ouvi isso.
Eu também já ouvi já.
A minha amiga falou, que o tio Armando é “bixa”.*

Com base no diálogo acima, pode-se supor que as respostas dos/as alunos/as estão embasadas na reprodução dos discursos vivenciados na sociedade. É plausível pensar que a suspeita e a desconfiança controlam o imaginário dos/as alunos sobre a orientação sexual dos professores. Neste caso, a sexualidade dos professores está sendo associada à homossexualidade. Para Sayão, “a estreita relação e os modos como concebemos a masculinidade e a feminilidade com a sexualidade fazem parte desse contexto de representações culturalmente construídas e produzidas/reproduzidas nos diferentes espaços sociais” (2015, p. 210).

Ressalta-se que a orientação sexual do professor pode deixar de ser vigiada a partir do momento que ele apresentar características que estão de acordo com os padrões heteronormativos, isto é, casado com uma mulher, ter namorada, jogar futebol, ser católico ou evangélico, ser solteiro, mas com fama viril, atributos que diariamente podem (re)afirmar a sua masculinidade. Portanto, se o magistério nos anos iniciais é legitimado como um campo feminino, ao transgredir esta norma, o homem que adentra esse espaço expõe-se à categoria da homossexualidade, podendo ser julgado, uma vez que este período escolar é supostamente marcado pela presença da mulher.





Uma das questões sobre a discriminação sofrida pelo professor no ambiente escolar revelou o que os responsáveis destes/as alunos/as pensavam acerca da orientação sexual do professor.

Não. Ninguém comenta, por enquanto não. Não posso falar nada, pelo contrário, são professores dedicados. Eu venho aqui, converso com eles, eles passam o que acontece com os meus filhos. Nada a falar deles. (Ricardo)

Olha, não exatamente mal, mas é aquilo, conversas entre pais mesmo. Tipo, Paula, agora vai ser um professor homem. Falei olha, a princípio não tenho nada a falar não, porque eu não o conheço. Independente do sexo, o importante para mim é ser um bom professor. Isso eu já constatei que ele é. Não tenho preconceitos até porque eu também já tive professores. Mas é obvio que a gente fica com preocupação, por que a gente vê coisas na televisão. Infelizmente a gente sabe que tem isso. Mas eu acho que a gente não pode abranger, por que soa uma coisa... é uma coisa muito singular. E nem é questão de preconceito, só ficamos meio assim, apreensivo. Inclusive depois, ela veio falar: acabou o problema, ele é ótimo. Então o importante é ser um bom professor. (Paula)

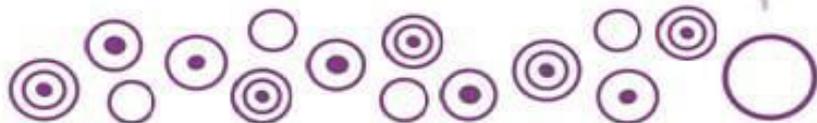
Nos discursos acima pode-se notar a divergência entre alunos/as e responsáveis; os primeiros reproduzem falas voltadas à ótica da desconfiança sexual em relação ao professor; por outro lado, os/as responsáveis apresentam uma suposta neutralidade, já que não aparecem explicitamente comentários discriminatórios acerca do professor. No discurso da Paula aparece a desconfiança e o medo sobre um possível abuso sexual contra sua filha. A esse respeito, a autora Jane Felipe, acrescenta:

Cria-se uma ideia corrente de que só os homens são abusadores em potencial, por possuírem uma sexualidade tida no senso comum como incontrolável, quase “animalesca”. Outro equívoco é associar a pedofilia e o pedófilo aos homossexuais, como se estes representassem um perigo constante aos bons costumes e às práticas sexuais consideradas legítimas. É preciso lembrar também que as estatísticas dificilmente fazem referências às mulheres, na medida em que estas, no exercício da maternidade ou na função de cuidadora de crianças, parecem estar sempre acima de qualquer suspeita, o que nem sempre é verdade. (FELIPE, 2006, p. 214)

A autora ainda afirma que a ampla divulgação na mídia de casos de abuso sexual, por parte de padres, médicos, educadores, artistas e outros acusados de pedofilia, têm promovido certo pânico moral nos/as responsáveis e uma mudança de comportamento dos professores, frente aos alunos/as, por receio de serem confundidos com pedófilos.

Apontamentos de conclusão e novas rotas de investigação

A discussão feita nesta comunicação problematizou algumas interlocuções produzidas no cotidiano escolar sobre o imaginário social da docência masculina para ensino nos anos iniciais. Para tanto, a discussão de gênero e sexualidades esteve articulada às categorias de discriminação e estereótipos, pois elas são indissociáveis. Elas aparecem desde a histórica





desigualdade entre homens e mulheres, concebendo essas últimas como inferiores, assim como os casos mais recentes e contínuos de homofobia.

Embora o ambiente escolar continue reproduzindo, com base no senso comum, estereótipos acerca da docência masculina, alguns homens vêm rompendo barreiras ao ocupá-la nos diferentes postos. Os limites de nossa análise encontram-se nos desafios de uma pesquisa em curso. Interessa-nos acompanhar com alguns educadores os efeitos desses ideais regulatórios nos seus cotidianos e, da mesma forma, construir com eles problematizações tanto sobre as marcas normativas quanto as linhas de fuga que se apresentam desde os espaços-tempos que vivem/produzem na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

Referências

CARVALHO, M. P. Ensino: uma atividade relacional. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, nº. 11 maio/ago, 1999.

FELIPE, Jane. Afinal, quem é mesmo pedófilo? **Cad. Pagu**, n. 26, Campinas – SP. Jan./June, 2006.

FERRARI, Anderson. CASTRO, Roney P. Diferenças, sexualidades e subjetividades em jogo no contexto escolar. **Revista Teias**, v. 16, n. 40, p 56-71, 2015.

GOELLNER, Silvana V. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. **Cadernos de Formação RBCE**, p. 71-83, mar. 2010.

LOURO, Guacira Lopes. O gênero da docência. In: LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SAYÃO, Deborah T. **Relações de gênero e trabalho docente na educação infantil: um estudo de professores em creche**. Tese (Doutorado) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal De Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

TAMBARA, Elomar. Profissionalização, escola normal, e feminilização: Magistério sul-riograndense de instrução pública no século XIX. **Revista História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, 1998, p. 35-57.

VIANNA, Claudia Pereira. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). **Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações**. Brasília, DF: Abaré, 2013. p. 159-180.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

Catálogo na Publicação:

Bibliotecária Simone Godinho Maisonave – CRB -10/1733

S471a Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade (7. : 2018 : Rio Grande, RS)

Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018.

PDF

Disponível em: <http://www.7seminario.furg.br/>

<http://www.seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/>

ISBN:978-85-7566-547-3

1. Educação sexual - Seminário 2. Corpo. 3. Gênero 4. Sexualidade I. Ribeiro, Paula Regina Costa, org. [et al.] II. Título III. Título: III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. IV. Título: III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade.

CDU 37:613.88

Capa e Projeto Gráfico: Thomas de Aguiar de Oliveira
Diagramação: Thomas de Aguiar de Oliveira

